

parecem pertencer mais ao domínio da ideologia do que da historiografia, e incidir mais sobre problemas do presente do que sobre factos do passado. Sobretudo, elas testemunham o peso considerável, provavelmente excessivo, que a questão do império tem exercido na forma como muitos portugueses percecionam a identidade nacional.

**Bibliog.:** AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Livraria Clássica, 1978; COELHO, António Borges, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Presença, 1965; COSTA, Leonor Freire *et al.*, “The great escape? The contribution of the empire to Portugal’s economic growth, 1500-1800”, *European Review of Economic History*, n.º 19, 2014, pp. 1-22; CRUZ, Maria Leonor, Os “Fumos da Índia”. *Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa com Uma Antologia de Textos dos Séculos XVI-XIX e Uma Cronologia da Expansão Portuguesa e do Império Ultramarino (c. 1336-1899)*, Lisboa, Cosmos, 1998; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaios*, vol. IV, Lisboa, Sá da Costa, 1968; LOBO, António da Costa, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Rolim 1984; MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*, 3.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989; MOLINA, Luís de *et al.*, *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI)*, vol. 1, Lisboa, Almedina, 2015; SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, 11.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Land management responses to market changes. Portugal, seventeenth-nineteenth centuries”, in PINILLA, Vicente (org.), *Markets and Agricultural Change in Europe from the Thirteenth to the Twentieth Centuries*, Turnhout, Brepols, 2009, pp. 47-73.

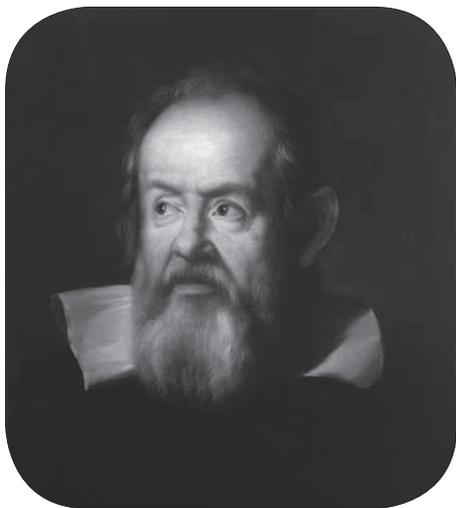
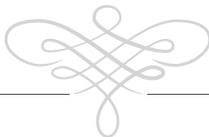
RICARDO VENTURA

## Ant<sup>o</sup>experimentalismo

Embora nos sécs. XVI e XVII tenham surgido em Portugal tendências antiescolásticas, o movimento científico e filosófico baseado no método científico mereceu uma forte oposição. As escolas adotavam oficialmente a filosofia aristotélica, segundo o sistema tomista (↗Antiescolasticismo).

As determinações estatutárias das principais escolas condicionaram, durante mais de um século, qualquer tentativa de ajustamento ao desenvolvimento científico consonante com a revolução iniciada por Galileu. Esta situação não era do agrado dos professores que pretendiam atualizar o ensino, desejando em particular introduzir nas suas aulas o estudo dos novos pensadores das ciências experimentais. No final do séc. XVII e início do XVIII, desencadeou-se um plano geral de renovação no ensino da Filosofia nos colégios da Companhia de Jesus, que constituiu uma espécie de manifesto oficial das novas tendências do ensino em Coimbra, Évora e Lisboa.

Um dos fatores condicionantes desta intenção de modernização do ensino veio diretamente do Rei. Com efeito, no ano de 1712, numa época em que a filosofia newtoniana e as ciências experimentais se afirmavam em toda a Europa e esboçavam os primeiros passos em Portugal (↗Antinewtonianismo), foi dirigido a D. João V um pedido de autorização para se introduzir uma alteração no curso de Filosofia do Colégio das Artes. A mudança deveria ter como consequência uma revisão dos obsoletos estatutos da Universidade e tinha como objetivo fundamen-



Galileu Galilei (1564-1642).

tal a ampliação do estudo da Física, introduzindo o método experimental. Para o efeito, era apresentado o argumento de que esta ciência se tinha acrescentado notavelmente com as experiências mais modernas. O pedido foi indeferido pelo Monarca por provisão de 23 de setembro de 1712, tendo a resposta sido transmitida pelo reitor da Universidade ao reitor do Colégio, o P.<sup>e</sup> Domingos Nunes.

Em meados do séc. XVIII, surgiram novas propostas de reforma do curso de Filosofia; pretendia-se eliminar “questões escusadas e inúteis”, com o objetivo de se dispor de mais tempo “para estudar outras matérias a que no tempo presente não bastava o antigamente determinado” (BRAGA, 1895, 299-300). Apesar de inovar em relação ao obsoleto programa de estudo impostos pelos estatutos da Universidade, este projeto não deixava, no entanto, de ser moderado e cauteloso.

Foi neste período de afirmação de novas ideias entre os Jesuítas portugueses que se evidenciou em Coimbra, por volta do ano de 1754, um exemplo relevante da influência da nova cultura

científica nas escolas portuguesas. Inácio Monteiro, com o seu *Compêndio dos Elementos de Mathematica*, que, apesar do título, mais se deve classificar como um compêndio de física, tornou-se uma referência no ensino da filosofia posto em prática no Colégio das Artes em Coimbra, mais de 20 anos antes da reforma pombalina. Monteiro defendia o ecletismo, fazendo uma apreciação tanto dos pensadores antigos como dos modernos e contemporâneos, e tomando como critério de investigação a experiência e a observação, abandonando o argumento da autoridade dos autores em favor dos métodos da ciência experimental e da matemática. Uma das principais lições que se devia aprender quando se iniciava o estudo de uma ciência, observava, era o método científico; assim em todas as ciências era necessário um método e um prudente juízo dos escritores tomados por mestres. Um dos aspetos que mais o fascinavam era o progresso das matérias matemáticas que ia ocorrendo no seu século e a forma como elas ilustravam o entendimento humano.

Apesar de haver alguns indícios da valorização do método experimental anteriores a 1772, a organização então vigente dos estudos científicos foi criticada de forma inflamada nos documentos da reforma pombalina da Univ. de Coimbra. O ensino caracterizava-se por uma lamentável e repreensível insciência, colocando Portugal fora do desenvolvimento científico europeu do séc. XVIII. No acometimento contra a hegemonia da Companhia de Jesus, a responsabilidade deste alegado obscurantismo foi atribuída aos inacianos. De acordo com os ideólogos da reforma pombalina, a filosofia que até então se ensinava regulava-se por uma prejudicial influência da escolástica, sendo os temas tratados num ensino livresco dominado pelos preceitos peripatéticos.

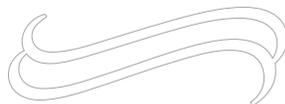


Os Jesuítas do Colégio das Artes, considerados os bastiões da escolástica, além de terem sido acusados de seguir de modo inabalável as ideias aristotélicas, também foram duramente censurados por se isentarem do confronto com outros tipos de saber, com origem na *praxis* ou na experiência científica.

Pronunciando-se sobre a filosofia escolástica e defendendo uma solução que colocasse a Universidade ao nível das melhores escolas europeias, o reitor reformador Francisco de Lemos afirmou: “Como esta Filosofia [peripatética], que com descrédito da razão por tantos Séculos ocupou este nome só servia de deslocar o entendimento dos Homens, de corromper os estudos de todas as mais Faculdades, e de uma ruína geral das Artes; as quais não podiam adiantar-se, e nem promover-se, por meio de uma ciência verbal, toda destituída de conhecimentos Físicos, e verdades certas na Natureza. Pareceu à Junta Literária, que devia ser abolida não só da Universidade, mas também de todas as Escolas Publicas, e Particulares, Seculares e Regulares destes Reinos, e Senhorios” (LEMOS, 1980, 98).

A ação deste reitor foi determinante para concretizar a mudança que se impunha. A sua *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra* fundamentou a necessidade, nos estudos universitários, de um curso onde a filosofia natural fosse abordada de um modo consentâneo com os avanços científicos da época. A Universidade deveria acompanhar os mais recentes avanços da ciência, sendo ela própria um meio relevante para o desenvolvimento da cultura e do conhecimento científico. O reitor pretendia fazer dessa escola o fulcro da unidade moral da nação e do Estado. A reforma universitária deveria dar origem a uma instituição de ensino dinâmica, atualizada e geradora de novos saberes (*Id.*, *Ibid.*, 108-109).

Na avaliação sobre o estado da Universidade, o reitor reformador exaltava a influência que cabia a esta instituição no progresso científico, técnico e económico do país. O estudo das ciências naturais era indispensável para o melhor conhecimento das riquezas naturais, trazendo para a indústria novos recursos materiais, com o conseqüente desenvolvimento do comércio. Os objetivos da reforma foram enunciados em função de uma meta considerada prioritária e essencial para o desenvolvimento da nação: o ensino experimental das ciências naturais estimularia o desenvolvimento de novas artes, novas manufaturas, novas fábricas, assim como o aperfeiçoamento das existentes.



**Bibliog.:** ANDRADE, A. Banha de, “Para a história do ensino da Filosofia em Portugal: o ‘Elencus Quaestionum’ de 1754”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXII, fasc. 3, 1966, pp. 258-286; ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo”, in ARAÚJO, Ana Cristina (coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, pp. 13-48; BRAGA, Theophilo, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1894; *Id.*, *História da Universidade de Coimbra nas Suas Relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1895; *Estatutos da Universidade de Coimbra Confirmados por el Rey Nosso Snor Dom João o 4º em o Anno de 1653*, Coimbra, Officina de Thome Carvalho, 1654; LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1980; MONTEIRO, Inácio, *Compendio dos Elementos de Mathematica*, t. 1, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1754;

DÉCIO RUIVO MARTINS